

NO PINTCHA



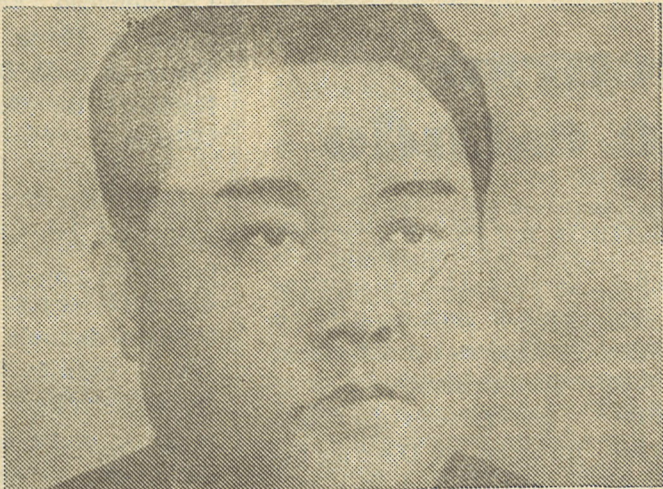
ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

B I S S A U

NINO VIEIRA EM VISITA OFICIAL À COREIA E À CHINA



O camarada Nino Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, encontra-se já na República Democrática e Popular da Coreia, para uma visita oficial de sete dias a convite do líder coreano, Kim Il Sung. Depois da Coreia, o camarada Nino Vieira seguirá para uma outra visita à República Popular da China, a convite do Governo desse país. — (Ver página 8)



EMBAIXADOR DA ÁUSTRIA ENTREGA CREDENCIAS

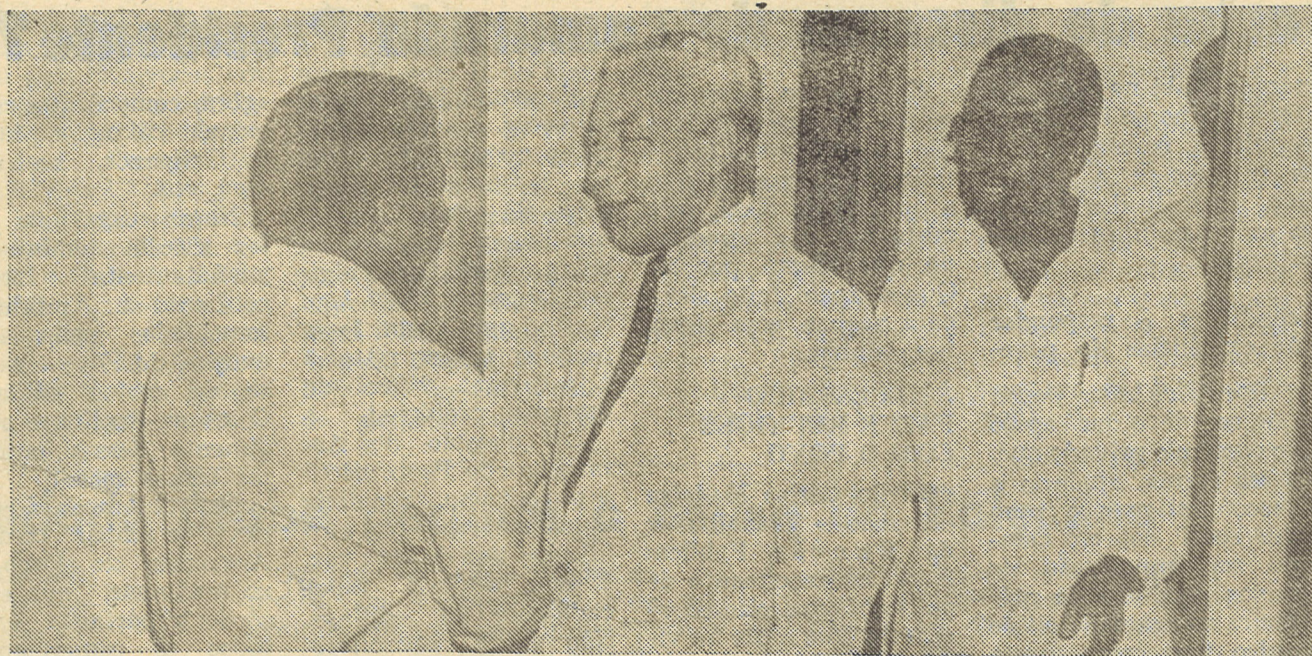
O comandante de Brigada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, recebeu na passada quarta-feira à tarde no Palácio da República, o senhor Helmut Schurz, que apresentou as cartas credenciais que o acreditam como Embaixador da República da Áustria no nosso país. — (Ver página 8)

CONSELHO DE MINISTROS

Na última reunião do Conselho de Ministros que teve lugar na quarta-feira passada, sob a presidência do camarada Nino Vieira, foram analisados vários pontos que se prendem com o funcionamento do nosso Estado e das suas relações com outros países.

Entre os pontos submetidos à deliberação do Conselho de Ministros, destaca-se a análise da execução do Orçamento de Funcionamento para este ano. O Conselho de Ministros foi informado sobre a visita presidencial à Coreia e à China. — (Pág. 3)

ENVIADO ESPECIAL DE MITTERRAND ANALISA COOPERAÇÃO FRANÇA — GUINÉ-BISSAU



Na gravura o sr. Guy Penne durante um encontro com o Vice-presidente do CR

O reforço da cooperação e o testemunho da vontade política do Governo socialista francês em dar maior dinâmica à ajuda da França a Guiné-Bissau, foi o principal motivo da visita de dois dias ao nosso país do Conselheiro Técnico do Presidente François Mitterrand para os Assuntos Africanos, sr. Guy Penne. O enviado especial do presidente francês, que partiu esta manhã, chegara a Bissau na quinta-feira, portador de mensagem do seu chefe de Estado para o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira. Guy Penne manteve contactos privados com o Vice-Presidente do Conselho da Revolução e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vitor Saúde Maria, assim como com os titulares das pastas do Plano e do Banco Nacional da Guiné-Bissau. (Pág. 8)

HOJE HÁ SUPLEMENTO CULTURAL

(12 Páginas)

INTERNACIONAL

- RACISTAS INVADEM ANGOLA
- PALESTINA E A SOLIDARIEDADE ÁRABE

< pág-7 >

DESPORTO

- JUDOCAS VÃO A DAKAR
- TORNEIO DE LAWN TÊNIS

(pág. 6)

A juventude e a revolução na nossa terra

A razão por que escrevo esta carta é o vivo entusiasmo que sinto após a realização do primeiro Congresso do PAIGC. Por isso, como companheiro da mesma luta, não podia deixar de partilhar esse entusiasmo contigo, camarada jovem.

Eu sou jovem. Mas se tu não o és, não faz mal.

A luta é a mesma para novos e velhos.

Aqui na nossa terra em particular, atravessamos uma nova fase de luta, a da Condição Nacional e do aumento da produção e da produtividade que não deve ser exclusiva para ninguém. É preciso o esforço de todos. Outrora houve o colonialismo, portador da miséria, do analfabetismo, do subdesenvolvimento, em contrapartida houve a Luta de Libertação Nacional, expressão da maturidade política do nosso povo orientado pelo PAIGC.

Este Partido que hoje conhecemos poderoso, surgiu pequeno como um ser vivo quando nasce. Cresceu e transformou-se na vanguarda de que todos nós nos orgulhamos.

Portanto, nós os jovens devemos procurar evoluir o nosso conhecimento, tomando como exemplo o PAIGC que se tornou tão imenso em tão pouco espaço de tempo (25 anos apenas).

Mas seguir o exemplo do PAIGC, é seguir as pegadas de muitos homens, e isso é tarefa difícil para um homem só. Por isso eu proponho que sigamos o PAIGC pelo caminho mais certo e mais seguro, que é nas pegadas de «um homem», um homem simples acima de tudo. E quem não conhece esse homem? É o nosso saudoso camarada Amílcar Cabral, militante número um do PAIGC e fundador da nossa nacionalidade.

Quem seguir os seus passos não perderá nesta estrada longa. Assim fez Cabi.

Nós os jovens da Guiné-Bissau, embora ainda alguns não se tenham engajado a sério na revolução não nos encontramos no mau caminho, antes pelo contrário, os nossos primeiros passos foram bem dados...

Respondemos sempre com prontidão aos apelos do nosso Partido e Estado, portadores dos anseios do povo.

BACAR NANQUI

Forças Armadas de Portugal prometem ajuda às FARP

A delegação das Forças Armadas portuguesas, dirigida pelo Tenente Coronel Almeida Dias, que se encontrava de visita ao país a convite do Estado Maior das Forças Armadas e Revolucionárias do Povo, deixou ontem de manhã Bissau de regresso a Portugal.

Após os trabalhos de cerca de semana e meia, ficou decidido que o Estado português irá prestar apoio ao

desenvolvimento das FARP, concretamente no campo logístico. Igualmente ficou assente a vinda para Junho próximo de uma missão militar portuguesa a fim de tratar da cooperação noutros campos de actividade das Forças Armadas.

O Tenente Coronel Almeida Dias disse à nossa reportagem, no aeroporto, momentos antes da sua partida, que as conversações

entre as duas partes foram óptimas. «Tenho a certeza de que as nossas relações irão desenvolver-se da melhor maneira» — arrematou aquele oficial do exército português.

Estiveram no aeroporto a apresentar cumprimentos de despedida os primeiros Comandantes José Nancassa e Mamadú Alfa Djaló, ambos do Estado Maior das FARP.

Delegação guineense na Argélia

Uma delegação governamental da Guiné-Bissau encontra-se desde quarta-feira passada na Argélia, para contactos com as autoridades argelinas.

A nossa delegação é dirigida pelo camarada Pio Correia, director-geral do Ministério dos Recursos Naturais e integra ainda representantes do Ministério da Coordenação Económica e Plano, das Finanças e do Banco Nacional da Guiné-Bissau.

Durante a sua permanência em Argel, a nossa delegação discutirá com os técnicos daquele país amigo, assuntos ligados ao petróleo. Esta viagem segue-se à deslocação recentemente efectuada ao nosso país de técnicos argelinos, no decurso da qual foram fornecidas as orientações necessárias à elaboração de projecto de lei sobre a prospecção petrolífera.

Aberto concurso para bolsas de estudo

O concurso para a concessão de bolsas de estudo para o ano lectivo de 1982/1983 encontra-se aberto desde o passado dia 7, quarta-feira, prolongando-se para um prazo de 20 dias.

O referido concurso circunscreve-se aos domínios da administração, electrotecnia, educação, construção civil, agronomia, águas, medicina, máquinas, economia, ciências sociais, geominas, direito, veterinária, química, silvi-

cultura e engenharia de frio.

O documento que anuncia o concurso refere que aos interessados cabe a possibilidade de escolher três cursos por ordem de prioridade e de acordo com as seguintes condições exigidas: para o curso superior o candidato deve possuir a 11.ª classe ou equivalente, com a média geral de 75 pontos e uma média parcial não inferior a 80 pontos, nas cadeiras nucleares relativamen-

te ao curso pretendido; para o curso médio exige-se a 11.ª ou equivalente e para o curso profissional a 9.ª classe ou equivalente.

Em relação aos Ministérios, o Departamento de Relações Exteriores do MEN informa que os pedidos devem ser acompanhados de documentos exigidos pela Comissão Nacional de Bolsas de Estudo, que se coloca a disposição dos interessados para qualquer esclarecimento.

Responde o povo

O que acha do discurso do camarada Presidente? (conclusão)

A intervenção do Camarada Kabi no domingo passado, continua a ser o tema do nosso inquérito. O repórter, ouviu mais populares, constatou que os pontos mais salientes referem-se a actividades dos Armazéns do Povo, actuação dos fiscais, necessidade de acabar com os bocassinhos e alargamento do comércio aos privados...

REESTRUTURAR OS ARMAZÉNS DO POVO

João Bidar Quadé — Professor Primário: Penso que é necessário reuniões do género, pois ela permitiria esclarecer certos casos e dúvidas que surgem diariamente na cabeça do povo. Acabariam ainda com o N'Obi, N'Obi...

Para falar dos Armazéns do Povo, reconheço que ele não está a cumprir cabalmente a missão para que foi criado. Penso que ele se deve manter, mas, primeiro, deve-se reestruturar a sua direcção a fim de poder adaptar essa empresa a novas

condições e responder às exigências do povo.

Por outro lado, penso que se deve dar apoio ao comércio privado que, dessa forma, ajudaria a descongestionar o peso que recai sobre o Estado na importação de certos produtos de primeira necessidade ou de outro tipo como, neste momento, se pode ver uma grande bicha em frente à casa Escada, só para a compra de calçados.

Dos fiscais eu estou de acordo que se acabe com os serviços destes, porque eles não, cumprem e nem estão a seguir as normas. Julgo que são facilmente subordináveis.

Quanto aos falsos rumores de desestabilização do país, estou inteiramente de acordo com a opinião de Kabi, pois custa muito a acreditar no que dizem por aí. Que o apelo feito sirva para acabar com esses bocassinhos.

É NECESSÁRIO FAZER REUNIÕES COM O POVO

Cirilo Carlos Madeira - 27 anos — Trabalhador da Função Pública: Para esclarecimento de muitos factos que ocorrem no dia a dia na vida do país, como por exemplo, a situação partidária, esse tipo de reuniões permitiriam esclarecer e também acabar com os boatos como a tentativa de desestabilização do país. Sobre este ponto penso que é muito duvidoso, pois admira-me que, dos valorosos filhos da nossa terra que decidiram fazer o 14 de Novembro

surja uma facção para provocar a desestabilização no país. Qual seria a finalidade desse golpe de estado?... se é que houve tentativa de golpe. Será que algo está a correr mal? Mas mesmo que assim fosse penso que uma reunião é a solução viável de qualquer problema.

Da questão dos Armazéns do Povo, não é o povo quem beneficia dessa empresa posso afirmar isso de viva voz. É uma minoria, especialmente os «djilas». Não é de desconhecimento de ninguém que dez ou quinze por cento dos funcionários dessa empresa têm o seu «djila» privado. Portanto, os principais açambarcadores são os próprios funcionários dos Armazéns do Povo. É sabido também que a maioria dos «djilas» não possuem «alvará» que permite a compra de produtos. Pergunta-se

agora, como é que conseguem caixas de tabaco, cigarros, sabão, óleo, etc.

Numa rusga feita pelos fiscais lembro-me perfeitamente bem, confiscou-se produtos importados pelos Armazéns do Povo em casa de certos «djilas». Como se explica o surgimento desses produtos nessas casas?

No meu modo de ver devia-se acabar com os Armazéns do Povo ou se continuar, que seja só de importação onde todos os comerciantes iriam abastecer-se de produtos. De contrário, que seja alargado a ajuda do Estado ao comércio privado.

Carlos Aussa Fuanque — 22 anos — Professor Primário: Eu estou inteiramente de acordo com a convocação da reunião do tipo de domingo passado. É sabido que a opinião da maioria dos intervenientes

dessa reunião era da extinção dos Armazéns do Povo e de todos os seus fiscais. Os Armazéns do Povo não servem o povo. Portanto, eu estou inteiramente de acordo com a sua extinção.

Em sua substituição, que seja criado uma nova estrutura comercial que sirva o povo em larga escala. Neste caso, propunha o alargamento do comércio aos privados. Quanto aos fiscais, penso que as entidades superiores é que deviam apertar-lhes os «calos». Mas extingui-los é que eu desacordo, pois mesmo com esses pequenos desvios, ainda fazem algo.

Dos falsos rumores de desestabilização, concordo inteiramente com o camarada Kabi. É preciso acabar com bocassinhos, pois ao dizer algo devemos ter provas concretas e precisas, como do 14 de Novembro que todos nós apoiamos.

Dia Mundial da Saúde

Assinalado sob o lema "Tornar a dar a vida à velhice"



Foi comemorado no passado dia 7 do corrente mês, o Dia Mundial da Saúde. Na Guiné-Bissau, esta data foi também marcada pelo Ministério da Saúde e Assuntos Sociais com uma mesa redonda alusiva ao acontecimento.

Nessa sessão comemorativa, foram abordados vários assuntos que se prendem com o desenvolvimento da saúde no mundo em geral, e no nosso país, em particular. A mesa redonda decorreu sob o lema: «Tornar a dar a Vida à Velhice», tendo-se feito, na ocasião o estudo dos diferentes aspectos ligados aos processos da integração dos velhos na vida social, às situações que ocasionam a sua exclusão deste domínio.

A camarada Ana

Balbina, responsável do Departamento de Assuntos Sociais do Ministério da Saúde, fez uma exposição do significado deste acontecimento, ao longo da qual entre outros assuntos revelou a ajuda prestada pela OMS — Organização Mundial da Saúde — ao nosso país, nomeadamente nos domínios da formação de quadros e da protecção materno-infantil, bem como no financiamento das actividades da saúde pública no país.

O dr. Francisco Jorge, representante do Bureau da OMS na Guiné-Bissau, que esteve presente no acto, leu uma mensagem do director-geral da OMS, Mahler, dirigida a todas as nações que fazem parte desta organização especializada nos problemas da saúde.

A referida mensagem, abarca as iniciativas em vista no quadro dos esforços a que está empenhada actualmente a organização, para a promoção concreta da sua palavra de ordem «a saúde para todos no ano dois mil».

Saliente-se que o objectivo da Organização Mundial da Saúde consiste em atingir um nível de saúde mais elevado possível para todos.

Participaram também nesta mesa redonda alusiva ao Dia Mundial da Saúde, os camaradas dr. Paulo Medina, secretário-geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, o dr. Venâncio Furtado, director-geral da Saúde Pública e Albino Fonseca, chefe dos serviços administrativos do mesmo Ministério.

Conselho de Ministros

Sob a presidência do camarada João Bernardo Vieira (Nino), Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, o Conselho de Ministros reuniu-se na quarta-feira, em sessão ordinária, no salão, de conferências do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na reunião foram analisados vários pontos que se prendem com o funcionamento do nosso Estado e das suas relações com outros países.

Entre os pontos submetidos à deliberação do Conselho de Ministros destaca-se a análise da execução do Orçamento do Funcionamento para este ano.

No final da sessão, o Conselho de Ministros escutou uma detalhada informação sobre a recente missão a Conakry do camarada Nino Vieira, no quadro da cimeira dos Chefes de Estado da nossa sub-região africana. O Conselho de Ministros foi igualmente informado sobre a visita presidencial à Coreia e à China que se iniciou antontem.

Embaixador da Áustria entrega credenciais

O Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do P.A.I.G.C. e Presidente do Conselho da Revolução, recebeu na tarde de quarta-feira no salão Abel Djassi do Palácio da República das mãos do sr. Helmut Schurz, as cartas que o acreditam como o embaixador da República da Áustria no nosso país.

A cerimónia estiveram presentes os camaradas Victor Saúde Maria, do BP do Partido, Vice-Presidente do CR e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Cabral do BP e Ministro da Coordenação Económica e Plano e Carlos Correia igualmente do

BP do PAIGC e Ministro das Finanças.

Na ocasião, o segundo embaixador da Áustria na Guiné-Bissau, afirmou que o seu país seguiu com admiração a luta do povo guineense para a sua Libertação Nacional e saudou fraternalmente a sua entrada na Comunidade dos Estados soberanos. Aquele diplomata garantiu contribuir para a aproximação dos nossos dois países.

Ainda no seu discurso, o embaixador realçou a prontidão da nova geração austríaca em manter, com os seus irmãos de outras regiões do mundo, contactos cada vez mais estreitos.

Guiné-Bissau e Senegal trocam responsabilidades seguradoras

O Instituto Nacional de Seguros da Guiné-Bissau e a Companhia Mista de Resseguro do Senegal, acordaram em responsabilizar-se pelos acidentes de viaturas (guineenses e senegalesas) ocorridos em cada um dos países.

Este acordo resultou de contactos tidos em Dakar pelo camarada Flávio Proença, director-geral adjunto do Instituto de Seguros aquando do seu regresso de Cotonu, onde participou numa reunião sobre Seguros a nível de países membros da CEDEAO. Este encontro realizou-se na capital beninense de 30 de Março a 6 de Abril.

A referida reunião, em que participamos pela primeira vez, terminou com recomendações que serão submetidas aos ministros da CEDEAO, que por sua vez, as remeterão a cimeira de Chefes de Estado.

O camarada Flávio Proença que se fazia acompanhar do chefe de Departamento de

Automóveis do Instituto de Seguros, declarou que a reunião foi bastante proveitosa,

mas fez notar a nossa discordância em relação a certas questões, uma vez que o proble-

ma de seguros está relacionado com a disponibilidade financeira do país.

Porto de Bissau

Convite à pré-qualificação de adjudicatários

PORTO DE BISSAU

Convite à pré-qualificação de adjudicatários

O Governo da Guiné-Bissau solicitou créditos e empréstimos do Banco Mundial, Fundo do Kuwait, Fundo da Opep, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África e de outros co-financiadores para financiar o projecto do Porto de Bissau. É esperado incluir no projecto proposto:

1. Construção de um novo cais em águas profundas de pavimento em betão armado sobre pilares circulares em aço.
2. Reparação do cais comercial existente de pavimento e estacas de betão armado;
3. Reabilitação de cinco portos interiores;
4. Fornecimento e instalação de ajudas à navegação, e

5. Construção de um edifício de apartamentos e escritórios para o porto na cidade de Bissau.

Os documentos de concurso estão sendo preparados pelo consultor NEDECO, Amersfoort, Holanda, esperando-se estarem prontos para concurso em Julho de 1982.

Os adjudicatários com experiência adequada na construção e reparação de trabalhos similares podem enviar uma cópia dos seus documentos de pré-qualificação, em Inglês ou Francês, para o seguinte endereço:

Director Geral de Transportes
Ministério dos Transportes e Turismo
C.P. 306
Bissau
República da Guiné-Bissau

Os documentos de pré-qualificação deverão chegar ao endereço aci-

ma indicado antes das 12 horas de sexta-feira, 28 de Maio de 1982 e deverão incluir informações adequadas sobre a nacionalidade dos adjudicatários, endereço, números de telefone e telex, registo comercial, experiências antecedentes na construção e reparação de portos, equipamentos disponíveis, posição financeira e curriculum vitae do pessoal principal.

Uma vez que a reparação em betão armado do cais comercial existente é uma parte integral do projecto, a menos que o adjudicatário seja experimentado em tais trabalhos, deverá associar-se com outra firma experiente em levar a cabo este trabalho e neste caso, os documentos da pré-qualificação desta firma deverão ser adjuntos aos do adjudicatário principal.

Representante da SWAPO ao "Nô Pintcha" A Guiné-Bissau é uma História da Revolução

Uma missão de contacto com a direcção do PAIGC trouxe ao nosso país Eddy S. Amkongo, representante da SWAPO para a África Ocidental. Numa conversa mantida com o nosso repórter, Amkongo enalteceu o apoio que a Guiné-Bissau dá a luta de libertação namibiana cujos imperativos actuais passam necessariamente por uma intensa campanha diplomática contra as manobras imperialistas.

Nô Pintcha: Terá sido este um dos objectivos desta visita?

Eddy Amkongo: «Como sabe, mantemos relações fraternais com o PAIGC, antigo movimento de libertação, ac-

bo pelos cinco países ocidentais em relação ao problema da Namíbia».

N.P.: Como vê as iniciativas do Grupo de Contacto?

E.A.: — É muito claro que os cinco países oc-

para o povo namibiano. Para nós é uma provocação, porque o povo da Namíbia é capaz de formular a sua constituição, de acordo com a situação actual. Não se pode transportar uma constituição alheia, feita

ferência de Genebra realizada no mês de Janeiro de 1981, que foi sabotada pelo governo racista, a situação agravou-se. A África do Sul intensificou as medidas de pressão, de perseguição contra o povo namibiano, sobretudo contra membros da SWAPO e simpatizantes. Muitos elementos da SWAPO encontram-se detidos. Durante a noite são perpetrados

passado. A África do Sul tenta destruir a SWAPO politicamente no interior e militarmente no exterior, situação facilitada pela cumplicidade entre o regime racista e ilegal e os cinco países ocidentais. O objectivo da África do Sul é enfraquecer a SWAPO política e militarmente e, depois, poderá, talvez, estar de acordo com a eleição na Namíbia, pa-

Que pretende Pretória?

A Organização dos Povos do Sudoeste Africano, SWAPO, surgiu em 1958 como forma de dar expressão à luta política e anticolonial do povo namibiano, iniciando a primeira ofensiva militar anos mais tarde.

A medida que a guerrilha se ia desenvolvendo, o governo sul-africano viu-se na necessidade de dissuadir os países vizinhos de prestarem auxílio aos patriotas nacionalistas, para o que utiliza meios violentos, minagem dos territórios fronteiriços e ataques contra a Zâmbia. Por essa altura, desenvolve-se a colaboração entre o governo racista da RAS e as forças coloniais portuguesas em Angola, situação que só veio a terminar depois de 25 de Abril de 1974, com a revolução portuguesa e o processo de descolonização.

A partir dessa altura, com apoio da Zâmbia, Angola e Tanzânia, onde são treinados militarmente muitos militantes namibianos, as forças do PLAN (Exército Popular de Liber-

tação) avançam 150 quilómetros no interior da Namíbia e atingem Grootfontein. Esta zona, ocupada pelo colonato branco agrícola, é abandonada pelos fazendeiros de tal forma que as autoridades racistas sentem em perigo a manutenção das suas infra-estruturas.

Cada vez mais desmoralizados por uma luta intensa e desgastante, os racistas sul-africanos recebem ajuda de um batalhão de sionistas israelitas e é posto em prática o plano «Operação Cobra». Esta acção, que se revestiu de grandes violências, tendo sido presos milhares de camponeses e aldeões internados e torturados em campos de concentração, consistia em expulsar os guerrilheiros da «zona branca» e criar um cordão militar ao longo de toda a fronteira, de forma a impedir a entrada.

Mas a luta da SWAPO continua, muitas vezes em condições difíceis, e são cada vez maiores os apoios que recebe. A própria opinião pública

mundial mobiliza-se a seu favor.

QUE PRETENDE PRETÓRIA?

Durante os 14 anos que decorreram depois de dado por terminado o mandato da África do Sul, as Nações Unidas debruçaram-se múltiplas vezes sobre a «questão namibiana», condenando invariavelmente a ocupação do território por tropas sul-africanas.

No entanto, a África do Sul procura por todos os meios retardar a independência namibiana ou mesmo eternizar o domínio racista na Namíbia. Após a realização das eleições falsificadas, em 1978, num ambiente de intimidação e terror, o país do apartheid tenta agora tirar maior partido das negociações que estão a ser realizadas pelo Grupo de Contacto sobre a independência da Namíbia.

Apesar de no seio do Grupo de Contacto, que agrupa cinco países ocidentais (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Federal e Canadá) se considerar a

resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU como sendo um princípio de base sólido, com vista à transição que deverá conduzir à independência da Namíbia, a Casa Branca tenciona substituir a proposta das Nações Unidas por uma conferência constitucional.

Garantia constitucional dos direitos políticos, religiosos, raciais e culturais de todas as etnias; garantia da manutenção do multipartidarismo; estabelecimento de um tribunal constitucional dotado de poderes para fazer respeitar estes direitos; não nacionalização, nem expropriação sem compensação razoável.

A resolução 435 das Nações Unidas previa que a concessão de independência à Namíbia devia ser assegurada através de eleições livres e justas sob o controlo da ONU. Para o efeito, em Fevereiro de 1979, deslocar-se-ia àquele território um contingente militar e pessoal civil da ONU a fim de preparar e realizar essas eleições até 30 de Setembro de 1979.

A SWAPO, que de-

nunciou diversas vezes a cumplicidade de Estados Unidos com a África do Sul, insurge-se contra as manobras diplomáticas do «grupo dos cinco» que denomina de «bloco anti-libertação», afirmando que não obstante defender a abertura do diálogo como passo para a solução do conflito, considera essa via como um suplemento à luta armada e não recorre ao diálogo para adquirir a liberdade pela via do comércio.

A Organização dos Povos do Sudoeste Africano acusa as manobras da África do Sul e do Grupo de Contacto porque apontam para desviar a atenção do fundo real do debate e criar ao regime racista sul-africano condições através das quais o prosseguimento da luta armada seja impossível. Em vez de as iniciativas se centrarem sobre a necessidade de se pôr termo à administração ilegal na Namíbia e de a substituir por um governo popular, o «grupo dos cinco» procura privilegiar os problemas que serão resolvidos pelo governo que será implantado.

ra que a SWAPO não possa passar no escrutínio. Mas a vitória da SWAPO é evidente.

N.P.: Perante esta dura realidade, como pensa a SWAPO modificar a situação?

E.A.: — Nós já formulamos uma estratégia. Porque a estratégia da luta armada muda consoante as condições impostas. Constatamos a necessidade de intensificar a luta armada



Defendemos a abe

contra o regime no terreno. Ao mesmo tempo vamos intensificar a ofensiva diplomática para explicar, exactamente, a cumplicidade entre a África do Sul e o mundo ocidental.

N.P.: Neste contexto como pensa a Swapo relacionar-se com o grupo dos Cinco?

E.A.: É evidente que o grupo dos Cinco não é homogéneo. Os Estados Unidos levam a cabo uma manobra. O regime de Reagan colabora abertamente com a África do Sul. Nota-se muito bem que mesmo as últimas propostas feitas pelos cinco países não foram de todas feitas só pelos membros do grupo. As propostas foram formuladas pelos Estados Unidos e impostas aos outros quatro países. O regime de Reagan na América tomou uma decisão muito negativa e agressiva contra a África e os movimentos de libertação, pois considera-nos um grupo ou bando de comunistas e terroristas.

N.P.: Alguma mensagem para o povo da Guiné-Bissau...

E.A.: É uma honra poder agradecer o povo guineense pelo acolhimento que me foi reservado, assim como ao camarada Secretário-Geral, do PAIGC, ao Partido e ao Estado pelo apoio sem reservas, apoio sólido, que o povo da Guiné-Bissau dá à SWAPO e a nossa

tualmente Partido no poder na Guiné-Bissau. O nosso objectivo é sempre informar os nossos camaradas e amigos sobre a situação actual da luta de libertação na Namíbia, para compartilhar os problemas. Foi nesse quadro que o camarada Sam Nujoma, Presidente da SWAPO, me encarregou de fazer uma visita à Guiné-Bissau para discutir não só a situação da luta como também as iniciativas levadas a ca-

dentais estão do lado do nosso próprio inimigo, o regime ilegal e racista da África do Sul. É mais que evidente que existe cumplicidade entre os cinco países ocidentais e o regime ilegal na Namíbia. Da última vez, o Grupo de Contacto apresentou-nos um documento sobre os princípios da Assembleia Constituinte. O segundo ponto versava sobre a Constituição. Eles querem propor uma Constituição para a SWAPO,

por um estrangeiro para a Namíbia. As negociações que os cinco países levam a cabo visam sumamente prolongar o tempo e retardar a libertação da Namíbia. A nossa posição é de, paralelamente às conversações, intensificar a luta armada até a expulsão dos colonos, até a libertação total.

N.P.: Como caracteriza a situação interna na Namíbia?

E.A.: Depois da Con-

massacres e detenções. O regime propôs uma lei, segundo a qual todos os namibianos válidos são obrigatoriamente circunscritos no exército da África do Sul na Namíbia, para lutar contra os seus irmãos, pais e mães. É por isso que muitos namibianos deixam o país e refugiam-se nos países vizinhos. A situação provocou por exemplo agressões massivas contra Angola, durante os últimos meses do ano

AMÍLCAR CABRAL O DIREITO À HISTÓRIA

Em cada momento da vida de uma sociedade (aberta ou fechada), a cultura é a resultante mais ou menos consciencializada das actividades económicas e políticas, a expressão mais ou menos dinâmica do tipo de relações que prevalecem no seio dessa sociedade, por um lado entre o homem (considerado in-



dividual ou colectivamente) e a natureza, e, por outro, entre os indivíduos, os grupos de indivíduos, as camadas sociais ou as classes.

O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. A ignorância desse facto poderia explicar tanto o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional.

Vejamos o que é a Libertação Nacional. Consideramos esse fenómeno da história no seu contexto contemporâneo, ou seja, a libertação nacional perante o domínio imperialista. Como é sabido, este é, tanto nas formas como no conteúdo, diferente dos outros tipos de domínio estrangeiro que o precederam (tribal, aristocrato-militar, feudal e capitalista do tempo da livre concorrência).

A característica principal, como em qualquer espécie de domínio imperialista, é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Ora, numa dada sociedade, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o regime de utilização social dessas forças (regime de propriedade) determinam o modo de produção. Quanto a nós, o modo de produção, cujas contradições se manifestam com maior ou menor intensidade por meio da luta de classes, é o factor principal da história de cada conjunto humano, sendo o nível das forças produtivas a verdadeira e permanente força motriz da história.

(...) Como a história, ou porque é a história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. (...) Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (económicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso.

(...) Compreende-se assim que, sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico próprio do povo dominado, seja necessariamente a negação do seu processo cultural. Compreende-se ainda a razão pela qual a prática do domínio imperialista, como factor de segurança, a opressão cultural e a tentativa de liquidação, directa e indirecta, dos dados essenciais da cultura do povo dominado.

O estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais, que se caracterizam progressivamente por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado como acto de negação da cultura do



opressor. Sejam quais forem as condições de sujeição de um povo ao domínio estrangeiro e a influência dos factores económicos, políticos e sociais na prática desse domínio, é em geral no facto cultural que se situa o germe da contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação.

Quanto a nós, o fundamento da libertação nacional reside no direito inalienável que tem qualquer povo, sejam quais forem as fórmulas adoptadas ao nível do direito internacional, de ter a sua própria história.

(...) Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimenta da realidade viva do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. Vemos assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um acto de cultura.

MANTENHAS

Não causará espanto o reaparecimento deste Suplemento Cultural: era por demais esperado e exigido um «djumbai» sobre os diversos aspectos da nossa Cultura.

Não se trata de algo de novo no «Nô Pintcha». Alguns estarão lembrados de outras publicações — se bem que meteórica — de suplementos versando idênticos temas, mas que se ficaram por tentativas, apesar de toda a nossa boa vontade em as tornar algo durável.

Porque compreendemos bem que se «é na cultura que reside a capacidade ou a responsabilidade da elaboração do germe que garante a continuidade da história, garantindo, simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade» (A. Cabral), mais do que nunca se torna necessário um meio de divulgação de todas as actividades sócio-económicas do nosso povo.

E o «Nô Pintcha» poderá ser esse instrumento, se bem que não só a ele caiba a missão de investigação dessas actividades, presentes ou passadas. É necessária a participação de todos os nossos leitores para que este suplemento cumpra o seu papel de tribuna de discussão franca e construtiva dos problemas culturais do povo guineense. Temos já alguns colaboradores, voluntários, e esperamos a contribuição solicitada ou não de cada um, desde que essa participação procure o estudo, a divulgação da realidade cultural nacional ou qualquer factor a ela relacionada.

Dos vários pontos que poderão figurar em cada suplemento um será constante: os ensinamentos de Amílcar Cabral, que à medida que o processo avança, se tornam mais imprescindíveis.

Os leitores poderão ainda encontrar em cada número do «Bambaram» relatos sobre a história, as tradições, a vida sócio-económica do nosso povo e também poemas e contos de escritores e artistas nacionais cujas actividades, diga-se de passagem, estão muito por baixo.

Esperanças que queremos transformar em certezas, com o apoio do nosso leitor.



Helder Preença

O POETA E A PALAVRA

(Ver Pág - IV)

INTERROGAÇÃO À CULTURA ORAL

Teresa Montenegro e Carlos de Moraes foram dois cooperantes — ela chilena e ele português — ambos jornalistas, que estiveram entre nós até 1979. O segundo trabalhou cerca de dois anos no jornal «Nô Pintcha». Da sua estadia na Guiné-Bissau resultou uma interessante experiência mesmo que limitada a uma área restrita — a ilha de Bolama — e materializada num livro, «Djumbai».

O presente ensaio vem na sequência desse trabalho, e foi publicado no n.º 6 da revista «Africa», editada em Portugal. Intitula-se o ensaio «Uma primeira interrogação em crioulo à cultura popular oral».

(Ver centrais)

Uma primeira interrogação em à cultura popular oral

Uma recolha de cultura oral levada a cabo com a intenção expressa de onde o projecto global a fixar por escrito e comporta determinados prazos, obriga a situar-mo-nos numa ou noutra perspectiva de trabalho em que a recolha passa a ser a actividade central. Não é possível nessa altura, ficarmos à espera do aparecimento mais ou menos espontâneo do material. É preciso ir à sua procura

O tempo é, para a cultura oral, um cenário e um espelho: o seu suporte, frágil e único, e a sua espessura. Para os elementos culturais que circulam hoje na Guiné-Bissau susceptíveis de serem recolhidos em crioulo podemos estabelecer um limite provisório.

Os portugueses chegaram à Guiné-Bissau em 1493. A «ocupação» do litoral iniciada ao longo de todo o século XV teve uma das consequências mais marcantes da história dos povos que habitavam a Guiné: — o desenvolvimento de um processo de deslocação e fusão. O aparecimento de estrangeiros intensificou e deu uma nova dimensão ao processo de

de grupos culturais distintos que falam pelo menos catorze línguas e constroem há quatro séculos uma área cultural comum — o crioulo.

A necessidade de uma comunidade, várias neste caso, preservar e transmitir os seus valores e crenças numa situação cultural onde a escrita praticamente não tem lugar, dá origem ao aparecimento de traços culturais diversos cujo sentido se torna claro quando tomados no seu conjunto: as canções, as narrações colectivas, os «djidius», as cerimónias, o respeito à palavra dos velhos, os «djumbai», são formas vivas — muito mais vezes do que os livros, diga-se de passagem — de cumprir essa

de hoje é parte do que ficou de uma lenta elaboração e sedimentação colectiva que envolveu a vida e a memória de gerações de locutores-transmissores. Alguns dos seus elementos mais vivos hoje — adivinhas, ditos, histórias, provérbios — retêm a participação activa de muita gente que alguma vez os fez seus: transmitindo-os, mas igualmente transformando-os, seleccionando-os mas também pervertendo-os, destruindo-os para os inventar de novo. Muitos deixaram lá algo de si. Daí que falemos da vida, do trabalho, dos costumes, da terra, da tabanca, dos objectos mais familiares, do corpo.

Este movimento permanente no espaço e no tempo, livre até às últimas consequências, que produz obras sem autor porque todos são autores e actores, tem as suas linhas de força internas que são, em síntese, os eixos da própria história da comunidade. Em tudo o que circula hoje na cultura oral, nada se fixou por acaso — palavras, signos, conotações, imagens. Cada pequeno sinal é, a vários títulos, significativo e aponta em múltiplas direcções.

Uma primeira precaução ao candidato a leitor da cultura oral: nunca perder de vista a distância que separa a sua individualidade e limites dessa floresta imensa e ascetral que é a cultura oral.

Trata-se de um exercício de liberdade que põe à prova a sua capacidade de se surpreender e exige que se aceite sem escândalo — porque é natural, porque tudo à nossa volta nos «diz» cada vez mais claramente que é mesmo muito natural:

Que os vários deuses (corânicos, animistas, bí-

blicos e muitas vezes mistos) falemos de perto com as serpentes, principalmente com algumas serpentes (o iran/a piton /Python sabae/a pitonisa de Delfos); que o prémio que a serpente (e não Deus) reserva à prática da humanidade e da renúncia (cristãs) não seja o Céu mas uma horta; que o exemplo mais gritante de amor desinteressado ao próximo (ou da caridade) seja, já não lavar as feridas, mas coçar as costas de um leproso, com o risco do contágio à vista, e que não é Jesus transformado em mendigo mas a serpente transformada em mulher grande; ou que a preservação de um casal de animais de cada espécie, antes da morte de todos os animais, não tenha lugar antes do Dilúvio, mas sim em três tabancas sucessivas, o itinerário da viagem de dois irmãos órfãos a caminho do Céu.

Estas as histórias que, do ponto de vista formal, pervertem a noção de «história» que transportamos desde a infância porque o fio dramático é bruscamente suspenso, ou porque as contradições ultrapassam os limites da nossa tolerância cultural, ou porque não chegam a ter fio dramático, ou porque a acção desagua na própria ambiguidade, ou porque são centradas no absurdo — apenas alguns exemplos de tipos de histórias recolhidas.

Por aqui desfilam envolvidos em panos coloridos e saias de palha, transportando balaios com peixe, bananas e outras riquezas, agitando-se ao som do bombolom e do korá, personagens da mitologia grega e romana, do Corão e da Bíblia, a cheirarem a tchebém e a molharem os pés nos pântanos do

arroz, num cortejo verde e cor de terra que constitui uma criação cultural autenticamente guineense!

OS «DJUMBAI»

Há recolhas que surgem espontaneamente e só chegam a constituir-se como tal depois de um longo período de registos dispersos enquanto se desenvolve, paralelamente, uma actividade de central diferente desligada do tema, ou ser estreita relação com ele.

Uma recolha de cultura oral levada a cabo com a intenção expressa de a fixar por escrito, onde o projecto global comporta determinados prazos, obriga a situar-mo-nos numa ou noutra perspectiva, numa perspectiva de trabalho, em que a recolha passa a ser a actividade central. Não é possível nessa altura ficarmos à espera do aparecimento mais ou menos espontâneo do material. É preciso ir à sua procura.

Mas também não constitui solução única nem a melhor, no outro extremo, forçar a realidade ao ponto de, em ambiente artificial, manter entrevistas exclusivas com pessoas assinaladas pela população como «especialistas» para ouvir recitar — por exemplo — adivinhas ou provérbios ou histórias a maior quantidade no menor tempo possível.

Fica então o caminho mais leve para ambas as partes, para os que contam e gostam de ser ouvidos, e para os que querem ouvir e reter. É também, sem dúvida, o mais agradável para todos: o djumbai.

A partir do crepúsculo, o hábito da reunião da varanda da frente da casa para contar, cantar



«Djumbai» à sombra de uma árvore: um costume de transmitir história

aculturação que, antes da sua chegada, se desenhava necessariamente noutros termos. Desde essa altura a história mais conhecida do país que é hoje a Guiné-Bissau é feita de fora — pese embora a existência de trabalhos interessantíssimos — alienígena em qualquer dos casos, e colonial em todas as outras hipóteses. A história feita por antepassados dos guineenses de hoje limita-se a escritos árabes que abrangem apenas algumas das populações e só permitem estudar até pouco antes dos princípios do século.

Quem estiver interessado em conhecer alguma coisa dos povos, da história e da cultura deste país fica à beira de um rio quase infinito: a tradição oral de dezenas

função vital para a existência de uma cultura no tempo.

Traços culturais de resistência, no sentido literal, que a dialéctica da colonização terá consolidado, suprem na medida dos seus limites a ausência da prática escrita sistemática. «Os velhos são as nossas bibliotecas», diz-se em África. A imagem salienta a importância da memória dos velhos, depositários privilegiados da experiência, agentes únicos capazes de falar do passado.

UMA FLORESTA IMENSA E ANCESTRAL

Mas nem tudo, naturalmente, se fixa e perpetua na memória dos homens. A cultura oral

ANUNCIE NO NOSSO J

ESTE ESPAÇO É PARA SI

PARA ANÚNCIOS E PUBLIC CONTACTE OS TELEFONES 37

rioulo

e ouvir histórias, parece não comportar mudanças sensíveis através do tempo nos bairros e tabancas da Guiné-Bissau. Desterrado em grande medida da cidade — luz eléctrica e novos hábitos de vida e de trabalho — o convívio nocturno conserva-se com toda a sua magia, retendo noite a noite homens e mulheres grandes, rapazes, raparigas, crianças, amigos e vizinhos.(1)

Ouvidos no seu ambiente natural, os djumbai, as adivinhas — se delas se trata — aparecem assim entre histórias, historiazinhas, passadas, charadas, ditos, canções. A sua aparição, também, não tem anúncio ao certo. As pessoas utilizam para começar, indistintamente, o «Er, er», prelúdio da narração de uma história, e o «Divinha, divinha», que pareceria à primeira vista mais específico duma adivinha, o que espera concordâncias clássicas de livros, e está longe de esperar um enigma formulado numa frase, anunciado por um «Era uma vez...»

(1) Durante os djumbai, reuniões informais de convívio onde estão presentes homens, mulheres e crianças de todas as idades, a dinâmica da comunicação onde têm lugar os relatos, canções, adivinhas, comentários, etc., é sustentada e dirigida pelas intervenções das crianças, mulheres (de todas as idades) e velhos. É particularmente saliente a «inércia» dos adultos, homens, que não pode deixar de se associar ao seu estatuto na vida produtiva. Parece tratar-se de um ciclo durante o qual a euforia se interrompe na alta adolescência para se reatar apenas na terceira idade.

JORNAL

DADE

— 3726



Levantamento
do
Ministério
das
Obras
Públicas

Arquitectura tradicional na Guiné-Bissau

Trinta anos após a publicação das obras de Teixeira da Mota (1948, 1954) e de Francisco Tenreiro (1950) sobre a arquitectura popular do país, o Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo volta ao mesmo tema numa Guiné-Bissau jovem e independente, portanto, num contexto sócio-político completamente diferente.

Este é o início da nota introdutória que acompanha o livro «Arquitectura Tradicional — Guiné-Bissau» a ser editado brevemente pelo Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo com o apoio financeiro da SIDA-sueca.

O aparecimento do livro, justificam-no os autores pela auto-consciencialização do «perigo das imposições urbanísticas e arquitectónicas, ditadas muitas vezes por sistemas apurados em universidades cujo universo é a civilização industrial», encarando-se a casa popular «não mais como «provisória» (em relação à casa «definitiva» do colono), mas como expressão legítima e económica de um povo e da sua cultura». E porque, nestes anos, a situação urbanística tem-se alterado bastante pelo processo de desenvolvimento o M. O.P.C.U. lembra que a arquitectura popular nunca conheceu nenhuma «crise habitacional», sendo lícito, portanto, pretender que a arquitectura oficial deva resolver e não criar problemas.

O levantamento sobre a situação habitacional popular começou a ser realizado desde 1978, sendo esta uma pequena parte do trabalho feito.

ATÉ QUE ENFIM

É com um suspiro de alívio que vemos o trabalho ora publicado pelo Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo. Suspiro pelo interesse que se manifesta nos responsáveis pela arquitectura oficial do país, na forma de construção habitacional do nosso povo.

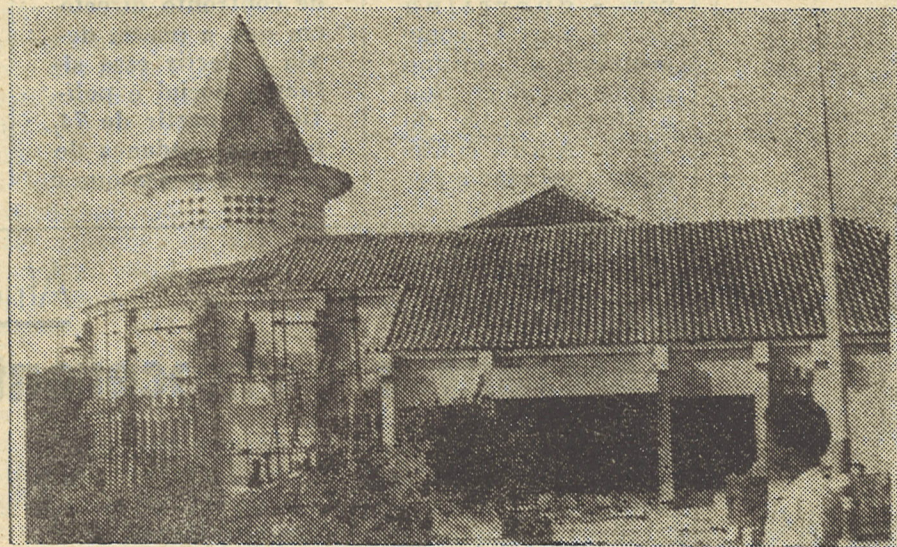
Porque, eles próprio o reconhecem, a arquitectura porque nunca conheceu «crise habitacional» e que portanto a arquitectura oficial tem por obrigação de resolver o problema. Talvez que já tenhamos à vista a resolução desse problema pois, reconhecesse «o perigo das imposições urbanísticas e arquitectónicas ditadas muitas vezes por sistemas apurados em universidades cujo universo é a civilização industrial»: Poderíamos acrescentar: e cujo clima é outro que não o nosso.

Toda a gente pode ver as construções do Banco Nacional, do Ministério dos Negó-

cios Estrangeiros, algumas casas (remodeladas) o bar do «Hotel 24 de Setembro», o restaurante «Na M'Tchite». São estruturas pesadas, compactas que, neste nosso quentíssimo clima, exigem muitos aparelhos de ar condicionado, o que gasta energia e gasta divisa que poderia ser canalizada para outra coisa.

Seriam essas construções ou remodelações necessárias? Cremos que não pelos exemplos da arquitectura tradicional e de muitas casas (antigas) do colono.

Daí o nosso suspiro de alívio e de esperança de que não voltarão a ser cometidos tais excessos... se excessos forem.



Curiosidade

Brasil

Um rato — uma pessoa

Os 8,5 milhões de habitantes da cidade brasileira de São Paulo, principal centro económico da América Latina, têm de coabitar com 85 milhões de ratas.

Com efeito, recentes estatísticas da municipalidade, de que fazem eco os jornais, revelam que o número dos roedores aumentou consideravelmente nesta cidade durante os últimos anos, passando de uma média de cinco a seis por cada ser humano, há três anos, para dez, no começo de 1982.

A situação foi considerada tão alarmante, que as autoridades convocaram, recentemente, uma reunião de diferentes administrações interessadas, a fim de estudar um plano mais eficaz que o actual para exterminar os invasores.

É premente a resolução do problema habitacional. Mas não nos podemos deixar cair em soluções que, em vez de solucionarem criar-nos-ão situações bem difíceis à nossa débil economia para além de, muitas vezes, destruir obras de valor histórico



Em entrevista a Afonso Praça, jornalista português, Helder Proença, o poeta, fala de dois livros de poemas seus, que serão publicados brevemente, em Portugal. Eis extractos da conversa.

Helder Proença - o poeta

«Não posso adiar a palavra»

Helder Proença, guineense, natural de Bolama, 25 anos de idade (nasceu em 31 de Dezembro de 1956), é um poeta com sorte: a Sá da Costa vai lançar dois livros seus, «Não posso adiar a palavra» e «O canto por vezes tem a cor das cordilheiras em chama». Autêntica lança em Lisboa para um poeta que, agora, apenas conhecera as páginas das colectâneas e dos jornais.

O livro «Não posso adiar a palavra» inclui os primeiros trabalhos de Helder Proença que datam de 1972 a 1974 e podem ser considerados poemas de intervenção. «É isso — diz o poeta — mas fogem um pouco ao esquema clássico deste tipo de poemas. Nos últimos trabalhos, a partir de 1974, nota-se já uma outra exigência artística, um maior cuidado na utilização da palavra, maiores recursos estilísticos. Não é já o poema directo é colloquial dos anos 72 a 74».

Estudante no liceu em Bissau, Helder Proença concluiu o 5.º ano em 1973 e, logo a seguir, interrompeu o curso, indo para a guerrilha (frente norte) como professor do ensino primário. Regressou a Bissau depois do «25 de Abril», continuou a estudar e de-

sempenhou as funções de responsável adjunto pelo sector da Educação na região de Bolama. Terminado o curso liceal, fixou-se na capital como professor de História (da Guiné e Cabo Verde) e Formação Militante no Liceu Kwame N'Krumah. Desde 1980, trabalha na Secção da Informação e Propaganda do PAIGC, depois de ter frequentado um estágio de Planificação Regional no Brasil, como bolsheiro do governo brasileiro, no âmbito da cooperação entre os dois países.

Passaram nove anos, mas para o poeta, o tempo tem de medir-se em termos de evolução. Aos poemas de intervenção anteriores a 1974, segue-se, como ele diz, uma «certa exigência artística, um maior cuidado na utilização da palavra». Caminho inevitável, evolução natural?

«É um pouco uma evolução natural, mas também provocada. Os poemas de 72 a 74 têm a ver com a situação que se vivia na altura, uma situação de luta, de confronto directo, em que a poesia devia reflectir essa situação social e política. A partir de 74, há uma mudança de fundo, e penso que é

bom aprofundar tudo, nomeadamente a poesia que, como qualquer outra manifestação de arte requer trabalho. Foi nessa base que orientei os meus trabalhos».

Neste ponto, a pergunta inevitável: a partir de 74, deixa de haver lugar para a poesia da intervenção?

«Não. A poesia não deixa, por isso, de ser de intervenção».

Se fizermos um certo paralelo, se virmos, por exemplo, o que se chama poesia oral, concluímos que os nossos djidius (poetas populares, trovadores) têm uma expressão artística tão profunda e exigente do ponto de vista artístico que se pode comparar a qualquer poema muito elaborado. Isto quer dizer que esses poetas tradicionais não fazem um decalque da realidade, mas conseguem interpretar a realidade utilizando as mais diversas formas de expressão artística. E estão sempre a fazer poesia de intervenção».

O título do livro: «Não posso adiar a palavra». Porquê?

«Sinto-me preocupado com a palavra, com a mensagem, com a comunicação, a comunicação entre o poeta e seu público. E também isto corresponde a uma

certa situação histórica. É conhecido que a Guiné-Bissau não tem uma tradição literária escrita e, ao optar por aquele título, tentei afirmar que é necessário de facto, libertar a palavra, fazer conhecer o valor artístico da nação guineense e projectar a nossa mensagem artística, não apenas no plano nacional».

«Reportagem poética» é o que Helder Proença chama a «O canto por vezes tem a cor das cordilheiras em chama», fruto da sua experiência brasileira.

A finalizar, Afonso Praça pergunta a Helder Proença que apoio têm os poetas, os criadores artísticos na Guiné-Bissau?

«Está em estudo a criação de uma União de Escritores e Artistas da Guiné-Bissau e pensamos que uma iniciativa deste género pode trazer-nos muitos benefícios e dinamizar o trabalho cultural e artístico. Para já, há poucos incentivos aos jovens, devido em parte à situação económica do país, mas a criação de um organismo autónomo, voltado para esse campo, poderia contribuir para resolver o problema que se coloca à promoção da literatura, da música, da arte e do teatro».

Na periferia sangrenta coberto do negro traje das noites

Eu jurei provar o sabor do fel

Eu jurei continuar na doç desta caminhada,

E crescer com a virilidade das madrugadas, Quando o suor de todos os homens

Assumir o valor da criação

In «Juramento»

Africa

Elefantes e rinocerontes não sobreviverão

Uma vaga nunca vista pelas suas dimensões de caça ilegal abateu-se sobre os parques nacionais da Zâmbia, Tanzânia e Quênia. Os altos preços no mercado internacional do marfim das presas de elefante e cornos de rinoceronte, fazem esses colossos serem o alvo preferido das balas e flechas envenenadas dos caçadores.

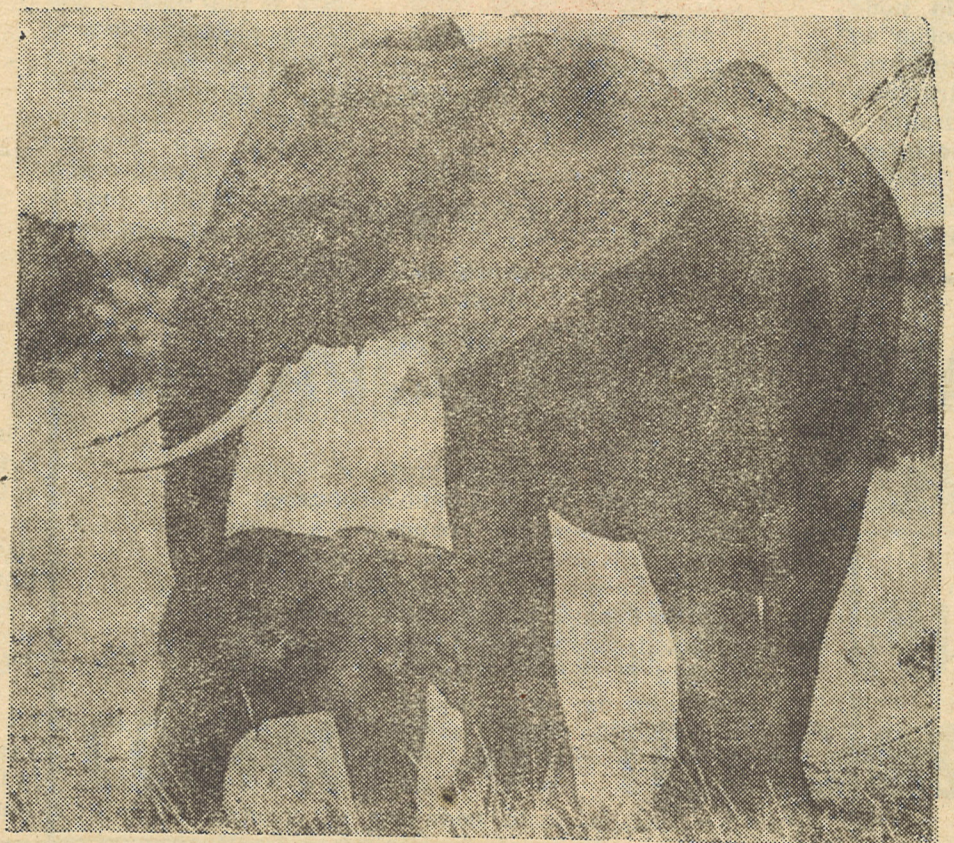
Durante oito anos, a partir de 1970, o preço do marfim subiu 10 vezes. Os seus compradores principais — Japão, Hong-Kong, RFA, EUA — importam cerca de mil toneladas de marfim por ano. Os preços dos cornos de rinoceronte aumentaram ainda mais — em 21 vezes. Só uma onça deste produto custa 600 dó-

lares americanos. O abate criminoso desses animais resulta no seu desaparecimento.

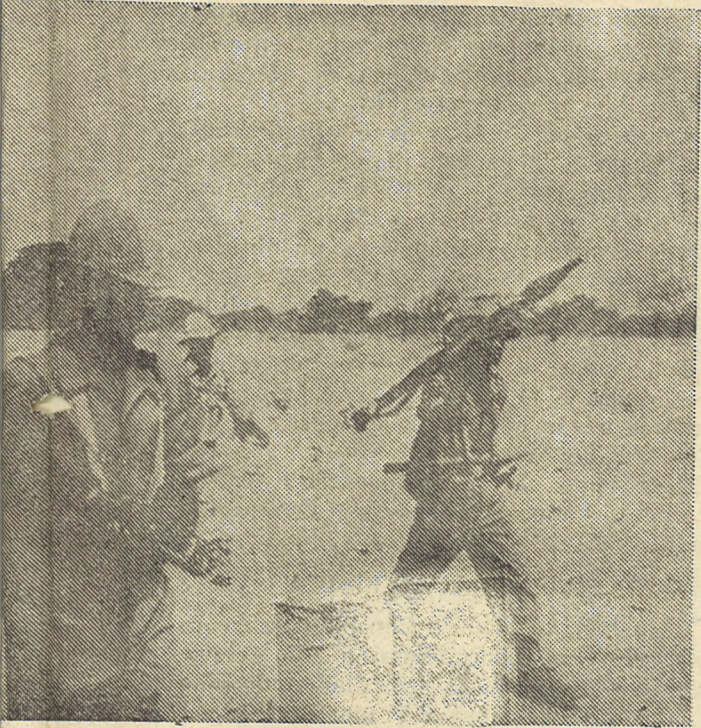
As autoridades dos países africanos reforçam a luta contra a caça ilegal. Agravam-se as penas por caça furtiva, conservação e venda de ossos ou peles. A polícia efectua grandes operações para a detecção dos canais de contrabando que levam para o estrangeiro presas de elefante e cornos de rinoceronte.

Mas todas essas medidas encontram uma barreira — a falta de meios, pois nem as organizações internacionais são capazes de cobrir as despesas.

(Novosti)



ção Africana



tura do diálogo como complemento à luta armada

luta de libertação. A Guiné, como país combatente, tem muitas experiências que nos podem servir. Estamos seguros que a via que vocês escolheram para

fazer a Revolução é a melhor para a África. É por isso que o Partido e o Estado da Guiné-Bissau constituem para nós uma história da revolução africana».

As datas—chave

Encravada entre Angola, a Zâmbia, a África do Sul e o Oceano Atlântico, a Namíbia, antiga colónia alemã (Sudoeste Africano), foi entregue à administração da África do Sul em 1920. Tratou-se de uma determinação da então Sociedade das Nações (SDN).

Com uma população de cerca de 900 mil habitantes espalhados por uma área de 824.292 quilómetros quadrados, a Namíbia é um país rico em recursos naturais, sobretudo em diamantes, ouro e urânio, mas o seu desenvolvimento está estritamente controlado pela África do Sul.

A riqueza do subsolo, as enormes potencialidades agrícolas, bem como a importância estratégica deste território, explicam que a África do Sul tudo tenha tentado para anexar a Namíbia, sobre a qual o Tribunal de Haia e as Nações Unidas não lhe reconhecem qualquer direito.

Oito datas resumem a história desconhecida desta pilhagem de território:

1919: A SDN confia à União Sul-Africana, o mandato para administrar o Sudoeste Africano, antiga colónia do II Reich.

1946: Jan Smuts, primeiro-ministro sul-africano, recusa a jurisdição da ONU (que sucedeu à SDN) sobre a Namíbia.

1948: Seis deputados — evidentemente brancos — representam, no Parlamento do Cabo, a Namíbia, que se torna assim, de facto, uma província sul-africana.

1966: A assembleia Geral das Nações Unidas declara ilegal a administração do território pela África do Sul. Pretória faz ouvidos de mercador.

1969: O Conselho de Segurança dá ordem à África do Sul para se retirar da Namíbia. Em vão.

1976: A ONU fixa 31 de Dezembro de 1978 como a data da independência da Namíbia.

1978: Para contornar o ultimato da ONU, Pretória organiza uma «consulta eleitoral» destinada a designar «representantes do povo» cuidadosamente seleccionados.

1981: A África do Sul faz soçobrar a conferência de Genebra sobre a Namíbia. Pretória anuncia que a ONU, que não é imparcial, já não pode ser o árbitro do conflito namibiano.

Zimbabwe — 2

A estratégia da unidade para o socialismo

Prosseguimos com a publicação da extensa entrevista do Primeiro-Ministro de Zimbabwe, Robert Mugabe dada a revista moçambicana «Tempo». Nesta entrevista, o Presidente da ZANU fala dos planos do seu Partido e do Governo e a criação do partido único no Zimbabwe.

P — Mas este processo naturalmente também envolverá uma reestruturação e a unidade com a ZANU?

R — Estamos já a proceder a uma reestruturação da ZANU. O que temos em ideia é que uma vez que regressamos a casa, devemos em primeiro lugar consolidar a popularidade que o movimento goza no seio das massas. É o que estamos a fazer. A diversos níveis estamos a entregar a direcção ao povo, ao nível de localidades, distritos e províncias. Queremos construir no seio dessa liderança um corpo de homens dedicados, uma vanguarda das massas que comunguem as orientações ideológicas do Partido e venham a ser os quadros da linha da frente em quem possamos confiar. Estamos a tentar a fazer do Partido o instrumento principal no Governo.

A TÁCTICA SUL-AFRICANA

P — O Primeiro-Ministro tem-se referido, em várias ocasiões, a um certo movimento de insurreição que quer derrubar o Governo, denunciando certos elementos do Parlamento que têm ligações com as ZIPRA. Pensa que a unidade com a ZAPU responderá a este problema?

R — Certamente que se estivermos unidos haverá a neutralização de certos elementos que querem forçar certas mudanças através de métodos ilegais e armados que sejam favoráveis à ZAPU. O facto de termos formado o exército a partir das forças das ZANLA e das ZIPRA provocou um maior entendimento ao nível do exército. Por outro lado, o receio da ZAPU de que a desejávamos destruir apoiando-nos somente nas Z.A.N. L.A. tende a desaparecer. Assim, temos generais, brigadeiros e outros elementos no exército que são da ZAPU. Desarmámos todos os guerrilheiros e se fizermos o mesmo ao nível político poderemos obter os mesmos resultados que conseguimos ao nível militar. É certo que há problemas à nossa frente, esperamos

que a ZAPU não seja demasiado difícil, mas também o nosso lado (a ZANU) deve estar preparada para dar e receber.

P — Pensa que estes elementos que têm estado a ser presos têm algumas ligações com a África do Sul?

R — O que acontece é que estas pessoas que são membros da Frente Rodesiana e são membros do Parlamento contactaram alguns elementos das ZIPRA, que ainda não foram integrados no exército, pedindo-lhes para os ajudar a derrubar o Governo. Alegaram junto deles que ainda tinham apoio no exército, e que os brancos queriam mudanças. Acreditamos que estão ligados à África do Sul. Um destes elementos que participou nesses contactos acaba de vir da África do Sul. No dia anterior a termos prendido Stafford (outro membro da FR e do Parlamento), ele desapareceu.

P — Tem havido em Moçambique operações bem sucedidas contra a chamada resistência. Isto tem fornecido argumentos para que se afirme que existe um comando unificado de desestabilização nesta zona dirigida pela África do Sul. Concorda com este ponto de vista?

R — Penso que África do Sul não actua isoladamente. A África do Sul não tem recursos tão abundantes para o fazer. É um país forte, mas não pode dispersar esta força apoiando somente movimentos rebeldes que eles sabem que não podem ser bem sucedidos. Acredito que a África do Sul tem apoio das potências da OTAN que lhe dão recursos. Não posso ser categórico sobre a estratégia sul-africana, mas creio compreender o seu objectivo, que é desestabilizar esta região usando elementos dissidentes que são recrutados, transformando-se numa espécie de mercenários, usando os colonos brancos que não conseguiram ajustar, ou que fugiram dos nossos países. Isto está a ser usado de diferentes maneiras.

Em Moçambique eles

constituíram o chamado «movimento de resistência». São treinados na África do Sul e usados para atacar alvos económicos estratégicos para desestabilizar economicamente Moçambique e, ao mesmo tempo, criar uma situação psicológica de incerteza entre o povo, para que perca confiança no seu Governo e se rebelde. Em Angola tiraram proveito das contradições que existiam no momento da independência, usando o movimento reaccionário de Savimbi, a UNITA. Usaram isso para apoiar a oposição ao Governo através de Savimbi. Eles estão a financiar a UNITA e, onde verificam que a UNITA não tem sucesso a África do Sul, usa a estratégia da invasão. Já o fizeram abertamente por duas vezes em Angola.

Em Zimbabwe, embora tenha recrutado cinco mil «auxiliares» de Muzorewa, ainda não os começaram a enviar em grandes números. Usam a estratégia de atacar alguns alvos no exército como aconteceu com a destruição dos carros armados, as explosões de paíós e recentemente um ataque ao nosso Quartel-General. Claro que ainda aqui têm agentes activos que continuam a ser usados como infra-estruturas para futuras acções. Mas há algumas questões que os desfavorecem. Primeiro existe um grande número de brancos que estão preparados para ficarem a viver neste país e que ficariam repugnados se a África do Sul invadisse o Zimbabwe. Para além disto, uma boa parte desta população é «afrikaner». Depois, o facto de termos a Grã-Bretanha apoiando a formação do exército — a África do Sul não se sente à vontade para fazer acções porque a Inglaterra reagiria. Para além disto existem no país substanciais investimentos sul-africanos — por exemplo, poderíamos reagir nacionalizando estes investimentos.

Por isso penso que a África do Sul segue uma estratégia diferente em relação a cada país. Mas de um modo geral querem desestabilizar toda a região, desde o Oceano Atlântico ao Índico.

P — Ao fim e ao cabo já está em curso uma guerra em pequena escala?

R — Sim, uma guerra em pequena es-

cala em que a África do Sul não está só. A África do Sul tem apoios ideológicos e o objectivo é multiforme: não querem que uma democracia, baseada num Governo de maioria em que os africanos estejam no poder, seja bem sucedida. Isso inspiraria o Povo sul-africano a lutar mais arduamente e ao mesmo tempo traria maiores pressões internacionais sobre a África do Sul para que faça o que estamos a fazer.

A NOVA BATALHA ECONÓMICA

P — Depois de ter vencido uma grande batalha política, o seu Partido envolve-se agora numa nova batalha ao nível económico. A medida tomada pelo seu Governo para passar a controlar o mercado de venda dos minerais provocou algumas reacções no seio das companhias que aqui têm interesses. Como é que irão prosseguir esta política e como é que enfrentarão as pressões destes grupos financeiros?

R — A política que estamos prontos a continuar tem encontrado alguma oposição na parte dos interesses financeiros, especialmente no campo da exploração mineira, onde as companhias estavam habituadas a fazer o que queriam. Nós não éramos informados sobre as suas operações mineiras, o seu volume de produção, não controlávamos que quantidades dessa produção saía para fora do país e para quem, não havia controlo dos mercados e dos lucros que obtinham no exterior. Relacionávamo-nos com essas companhias na base dos balanços que nos apresentavam e, de acordo com os lucros que lá vinham referidos, o Ministério das Finanças aplicava os impostos. Mas os lucros declarados bem podiam não ser verídicos.

Não se pode esquecer que estas companhias actuaram no tempo da UDI em ilegalidade, havendo situações de desonestidade que se continuam a praticar. Isto acontece em todos os sectores, existindo portanto uma série de situações encobertas que desconhecemos. Pensamos que os recursos do nosso país devem estar nas nossas mãos e os meios de produção devem pertencer-nos.

18.^a jornada do Nacional

Aumentam jogos não homologados

Os jogos não homologados pela Federação Nacional de Futebol aumentaram depois da realização da última jornada. Após o Tombali-Sporting, agora é a vez de Balantas-Gabú e Farim-Bula, por falta de comparência dos visitantes que, segundo informações, não tiveram conhecimento de que o encontro fora marcado para sábado e não domingo, como é habitual nos campos do interior.

No entanto, para a 18.^a jornada do nacional, disputam-se no «Lino Correia» quatro encontros, sendo o mais importante o que opõe o Ténis Clube ao Sporting de Bafatá (0-0), amanhã à noite, enquanto que no período da tarde, os campeões — Benfica — são favoritos frente ao Bula F.C. (1-0). Esta tarde, o Ajuda terá como adversário o Quínara (2-1) e, à noite, temos o Estrela de Bissau-Bisso-rá (1-0).

Nos campos do interior, os jogos serão disputados amanhã: o Sporting terá missão difícil na sua deslocação a Mansoa onde defrontará o «team» dos Balantas (0-1) e o Desportivo de Gabú vai às ilhas enfrentar o Estrela de Bolama (2-2). O Cantchungo será anfitrião do Tombali (0-3 por falta de comparência) e a UDIB, na sua qualidade de visitante, desloca-se a Farim com cuja equipa disputará os dois pontos (3-1).

CASTIGOS FEDERATIVOS

Quinze atletas foram punidos com 1 jogo de suspensão: António Carlos Correia Tavares e Eulálio Punik, atletas do Ténis Clube; Manuel Turé, Simão Figueiredo, Rodolfo Pinto Ribeiro, do Benfica; Rui António Mousinho, da UDIB; Adão Manuel Correia, do Ajuda Sport; Francis-

co Jorge Blata, Paulo Una, Luís da Silva, do F.C. de Quínara; Adão José Falcão e Celestino F. Cá, do Desportivo de Farim; Pedro António Dias, Luís Mendes Lopes, do Bula Futebol Clube; Fidel F. Oliveira, do Estrela de Bissau. Com dois jogos de suspensão, Hélder Gomes, do F.C. Quínara e, com quatro jogos, Daniel Sousa Pontes, do Benfica e Sabino António Sucuma, do Desportivo de Gabú.

Entretanto, foram punidos com repreensão registada os atletas José Eduardo Gomes, do Ajuda Sport, Bubacar Djaló, do Desportivo de Gabú, José Gregório da Costa, do Ténis Clube e Pedro Abraão Tavares, treinador da UDIB.

NÃO HÁ TORNEIO DA PÁSCOA

O Torneio da Páscoa que estava previsto para 7 a 12 do corrente, não será realizado. Como oportunamente

anunciámos, a realização do torneio ficou comprometida, por falta de confirmação das equipas convidadas.

No entanto, segundo as últimas informações recolhidas, só a Guiné-Conakry confirmou a sua participação, enquanto que os restantes países declinaram o convite. Portanto, unicamente com duas equipas, tornava-se difícil levar a cabo um torneio. Todavia, a FNF, até ao fecho desta edição, ainda estudava o caso: mandar telegrama para cancelar a viagem do Sylli ou não?

FNF CONVOCA DELEGADOS DOS CLUBES DE BISSAU

A Federação Nacional de Futebol, tendo em vista o campeonato de reservas, convocou os delegados dos clubes de Bissau para uma reunião, a ter lugar na segunda-feira, dia 12, pelas 18 horas, na sede da Federação.

Torneio de Ténis na fase final

Continua a decorrer nos courts da DICOL e da Sede do Partido em Bissau o torneio Inter-Atlântico de Lawn Ténis. Constitui nota surpreendente o afastamento de muitos sérios candidatos ao título. A maior surpresa foi a derrota nas meias finais de Laca Paralta por Owe na categoria de iniciados com as parciais de 6/4 e 7/5 e de Fidélis Cabral por Mário Cabral pela marca de 6/3 e 6/2.

Outros resultados na categoria de singulares iniciados: Fernando Jorge afastou Fernando Almeida por 6/3-6/1. Owe venceu Anatoli por 6/1-7/5. **Parceiros homens:** Peter e Anatoli venceram Owe e Yonsson por 6/4-4/6-7/6. Laca e A. Soares derrotaram Moita e M. Carvalho por 7/5-6/0. Gui Borges e Manecas venceram V. Cabral e Bartolomeu por 6/2-6/4. No entanto Domingos Lobo e Raúl Vaz disputam esta tarde as finais na categoria de juniores.

Judocas nacionais participam num torneio em Dakar

No quadro da Zona 2 do Conselho Superior do Desporto em África, o judo nacional estará presente na capital senegalesa para mais um torneio da modalidade — informou Cândido Cabral (Papa Tchias), responsável da Escola Nacional de Judo. Este torneio internacional, previsto para 8 dias, terá início no dia 15 de Junho próximo.

Os atletas nacionais que participam neste encontro zonal são: Cândido Cabral, 1.º Dan, na categoria de pesado (treinador), Firmino Moreira e José Cá, na categoria de médio e, por último, Cândido Mendes na categoria dos leves.

Recordamos que no último torneio da zona-1 também realizado em

Dakar, a nossa equipa nacional qualificou-se em segundo lugar a nível de equipas, enquanto que os atletas Cândido Cabral e Didinho classificaram-se na terceira posição respectivamente nas categorias de pesado e peso médio.

A Escola Nacional de Judo possui actualmente 30 alunos e 16 graduados, de 2.º Dan a 3.º Kyu, o que significa uma diminuição em relação aos anos anteriores. Segundo aquele responsável, isso deve-se em grande parte à falta de materiais, (principalmente quimonos), para a revitalização da modalidade. Contudo, fomos informados de que a Escola está à espera de 50 quimonos para adultos e 30 para crianças, além

de cintos de várias cores.

Por outro lado, foram formulados convites para a vinda de um técnico coreano e ajuda material da China.

«Muitas pessoas querem inscrever-se — disse Cândido Cabral — mas devido a falta de quimonos não os podemos admitir. Esta mesma situação impede a participação de muitos graduados».

Anúncio

AVISO

Uma nota emitida pelo Comité da Cidade de Bissau dá conta do início da campanha de eliminação de cães vadios. A iniciativa ora desencadeada, e que abrange as zonas urbana e sub-urbana do Sector Autónomo, visa sanear o

meio ambiente desses animais, considerados um dos principais focos de doenças. Efectivamente, os cães vadios deambulam pelas ruas da cidade e dos bairros periféricos, encontrando-se na sua maioria em estado deplorável e em completo abandono por parte dos donos.

Taça das Taças

A formação camaronesa de Dynamo de Douala derrotou a equipa do «Garde Nacional» da Mauritânia por uma bola a zero no jogo da primeira mão a contar para o 16 avos da final da Taça Africana dos Vencedores das Taças. O encontro foi disputado na Mauritânia. Por seu turno, o «team» Kambai Eagles (Serra Leoa) perdeu, em Freetown, frente ao Africa Sport de Abidjan (Costa de Marfim) pelo score de 4 bolas sem resposta.

Também para o 16 avos de final desta Taça africana, a formação malgache do Dynamo de Fimia venceu, em Nairobi, a formação de Gor Mahi por 3-2.

Os tentos dos malgaches foram obtidos aos 3 minutos por Baby e aos 57 e 82 minutos por intermédio de Roland Kely, enquanto os golos quenianos foram marcados por Agoula nos minutos 18.º e 85.º. Ao vencer em terreno alheio, o Dynamo é favorito para o jogo da segunda mão previsto para 18 de Abril em Madagáscar.

De salientar que neste encontro o trabalho do árbitro moçambicano José Freitas foi elogiado.

COLÓQUIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

O Secretário Geral do Conselho Superior do Desporto em África, Lamine Bá, esteve em Abidjan, em visita de três dias, onde discutiu com os responsáveis marfinenses da Juventude e Desporto a preparação do colóquio sobre a formação dos professores da Educação Física e Desportiva. Este colóquio terá lugar de 24 a 28 de Maio em Abidjan.

Durante a sua estadia Lamine Bá encontrou-se com Laurent Dona Fologo, Ministro da Juventude e do Desporto e Vice-Presidente do CSDA. Os dois responsáveis discutiram o conjunto dos problemas que afectam o movimento desportivo africano.

MOÇAMBIQUE AUSENTE DO MUNDIAL DE HÓQUEI

Moçambique cancelou a participação da sua equipa no Mundial de Hóquei em Patins como protesto pela inclusão da Nova Zelândia na prova. A decisão foi tomada na sequência de decisões da OUA (Organização da Unidade Africana) que visa a suspensão de contactos desportivos com os neozelandeses devido às suas relações com a África de Sul no campo desportivo.

No entanto, a selecção moçambicana manterá o seu programa de preparação, incluindo um estágio em Portugal, sendo admitida a possibilidade de poder ser revista esta atitude no caso da Nova Zelândia se retirar do torneio.

De salientar que o campeonato mundial desta modalidade terá lugar em Portugal (Lisboa e Barcelos) de 1 a 16 de Maio.

Regulamentado o acesso ao Lino Correia

A Federação Nacional de Futebol, no intuito de pôr cobro a situações embaraçosas que se verificam no acesso ao estádio Lino Correia e com a finalidade de facilitar o trabalho dos porteiros que se encontram de serviço no estádio, emitiu um comunicado onde especifica as individualidades que têm acesso livre aos jogos.

Citamos:

Membros do BP e do CC do PAIGC, membros do Governo,

do Estado Maior das FARP, da Federação de Futebol, presidentes dos clubes, dirigentes e atletas dos clubes filiados, possuidores dos cartões de livre trânsito passados pela FNF.

O comunicado chama igualmente a atenção dos espectadores que a bancada central (sector da Tribuna) ficará reservada única e exclusivamente aos membros do BP e CC do PAIGC, membros do Governo e da Federação de Futebol e ainda para os dirigen-

tes dos clubes filiados. Estas normas entrarão, em vigor, a partir da próxima jornada. Por outro lado, explicita que para além dos bilhetes da Bancada (A) e (B) e peão, estarão também à venda bilhetes para militares e crianças.

Da leitura deste comunicado, fica-nos uma interrogação que de resto julgamos pertinente: E os Jornalistas? Temos acesso ao campo ou precisamos de uma credencial especial?

Eleições na Namíbia A oposição da Swapo

A nova proposta do «grupo de contacto» ocidental acerca da eleição da Assembleia Constituinte na Namíbia foi considerada «absurda» por Moses Gareeb, dirigente da Swapo, que discursava numa reunião económica do movimento de libertação namibiano em Lusaka.

«Porque não-de submeter à Namíbia este processo eleitoral excêntrico?», interrogou-se Gareeb, acrescentando que «a sociedade namibiana é meia analfabeta e precisa dum sistema eleitoral simples».

Esta nova proposta consiste em utilizar nestas eleições boletins com os nomes dos candidatos e os símbolos dos seus partidos políticos. Cada boletim seria contado duas vezes, um para designar o partido vencedor, e o outro para indicar os representantes de cada partido na Assembleia.

«Um odor de petróleo flutua sobre as ilhas Malvinas» — declarou terça-feira o jornal «Trud», órgão da central sindical soviética, ao evocar o conflito anglo-argentino pela posse deste arquipélago, também chamado Falkland. O jornal soviético indicou que há nas ilhas Malvinas mais petróleo do que no Mar do Norte, razão pela qual surgiu o actual conflito entre a Argentina e a Grã-Bretanha.

África do Sul prepara invasão massiva de Angola

As tropas sul-africanas estão a preparar uma «acção de envergadura contra a República Popular de Angola» — denunciou um comunicado do Ministério da Defesa angolano, divulgado no início desta semana em Luanda.

O Ministério de Defesa angolano afirmou que as recentes agressões armadas sul-africanas no sul de Angola se revestem das mesmas características das que antecederam a invasão lançada em Agosto de 1981.

Segundo as autoridades angolanas, o objectivo daquelas acções «é manter a zona tampão cuja finalidade é a não aplicação da resolução 435 da ONU, para uma independência real e completa do território ilegalmente ocupado da Namíbia».

No passado fim-de-semana dois destacamentos militares sul-africanos helicópteros lançaram ataque em Capelongo e Mulondo, cerca de 130 quilómetros a norte da fronteira com a Namíbia, e nove aviões bombardearam os arredores de Chibemba, cerca de 200 quilómetros no interior do território angolano.

O comunicado acrescentou que as acções das tropas racistas de Pretória já tinham sido notadas no passado mês de Março, quando «os voos de reconhecimento profundo aumentaram substancialmente em toda a zona sul do país, totalizando cerca de 50 violações do espaço aéreo de Angola».

OS CÚMPLICES DA AGRESSÃO

No último mês, recordou o comunicado, a embaixada da República Popular de Angola em França denunciou a concentração de cerca de 20 mil homens entre os quais soldados do exército sul-africano, mercenários norte-americanos, ingleses, portugueses e de outras nacionalidades, assim como a concentração nos aeródromos do norte da Namíbia de dezenas de aviões cujos propósitos visam uma nova agressão contra Angola.

Por seu lado, o presidente Samora Machel de Moçambique acusou os países ocidentais de «cumplicidade vergonhosa» com a África do Sul, por causa do seu silêncio à volta da invasão de Angola, em entrevista concedida ao jornal «Notícias de Angola».

OS PRESOS DA ILHA DE ROBBEN

Quatro dirigentes nacionalistas sul-africanos —

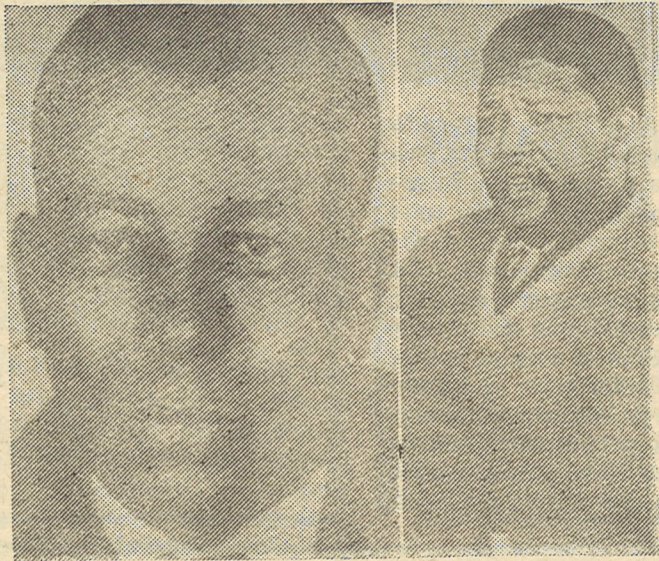
entre os quais o fundador do ANC, Nelson Mandela — que estavam encarcerados na penitenciária da ilha de Robben, foram transferidos para a prisão de Pollsmoor, perto da cidade de Retreer (província do Cabo).

Segundo, o general H.J. Botha, porta-voz dos serviços de prisões da África do Sul, Nelson Mandela, Walter Sisulu, Raymond Mhlaba e Andrew Npangeni foram transferidos há «alguns dias».

Os quatro dirigentes nacionalistas tinham sido condenados à prisão perpétua em 12 de Junho de 1964, no final do célebre processo de Rivéna, que os condenou injustamente.

Nelson Mandela e Walter Sisulu foram respectivamente presidente e secretário-geral do ANC (Congresso Nacional Africano), o principal movimento de luta pela libertação da África do Sul do regime do apartheid. O ANC é também a mais antiga organização política do continente africano.

Apesar da sua longa permanência na prisão (18 anos), os dirigentes do ANC presos continuam a gozar de grande prestígio entre o povo sul-africano, em particular Nelson Mandela, cuja libertação é exigida não só na África do Sul, mas em centenas de países.



Nelson Mandela e Walter Sisulu

Sahara Ocidental

Os objectivos da chantagem marroquina

Comentando a campanha diplomática lançada pelo Marrocos em África contra a admissão da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) na OUA, o jornal argelino «El-Moudjahid» convidou anteriormente a Organização da Unidade Africana a «desconfiar dos seus falsos salvadores que, a pretexto de a proteger, procuram mais é

estrangulá-la».

O jornal afirmou que o rei Hassan II do Marrocos, «depois de ter ignorado todas as resoluções da OUA, quer agora fazer crer que respeita a Organização e procura impedir o seu desmembramento... impedindo a realização legal da cimeira de Tripoli. Hassan II tem hoje o descaramento de declarar que pre-

tende salvar uma coisa que ontem desprezava».

O soberano marroquino é «ajudado na sua diligência por todos os regimes que, por diversas razões, recusam ver a presidência da OUA atribuída à Líbia», a fim de «caírem nas boas graças da Casa Branca», escreveu ainda o «El-Moudjahid».

Segundo diário ar-

gelino, «os movimentos epilépticos agitados pelo regime marroquino e a chantagem do desmembramento orquestrados a partir de alguns pontos de apoio africanos e extra-africanos podem quando não criam confusão à volta dum questão em si clara, pelo menos suscitar um sentimento de apreensão e portanto de hibernação política».

A solidariedade árabe perante a causa da Palestina

Num editorial intitulado «uma solidariedade tímida», o jornal argelino «Esh-Shaab» comentou as últimas decisões da reunião extraordinária da Liga Árabe em Tunis, afirmando que «a posição árabe estava muito distante da realidade palestina nos territórios ocupados».

Esta reunião da Liga Árabe, convocada a pedido da Organização de Libertação da Palestina (OLP), devia examinar as agressões sionistas destinadas a exterminar o povo palestino e a expulsá-lo da sua terra.

Segundo o «Esh-Shaab», as provas de solidariedade e de apoio perdem todo o significado quando «os direitos dos palestinos fazem face às reservas e hesitações dos países que são ameaçados cada minuto pelo inimigo sionista».

O jornal argelino escreveu que a verdadeira solidariedade «consiste em sacrificar sem considerações de lucro ou perda».

Para Farouk Kaddoumi, chefe do departamento político da O.L.P., os Estados árabes devem eliminar todos os obstáculos artifi-

ciais que travam a solidariedade árabe perante Israel e os Estados Unidos. Falando na abertura da sessão extraordinária da organização panárabe, Kaddoumi declarou: «Compete-vos abrir todas as frentes diante dos fedaynes (combatentes), empreender pelo menos uma acção concreta contra os interesses norteamericanos na pátria árabe, a fim de que os Estados Unidos se convençam da vossa firmeza a respeito do direito palestino e árabe».

IRÃO-IRAQUE

ARGEL — Pela primeira vez desde o início da guerra entre Irão e o Iraque, o presidente Chadli Bendjedid da Argélia propôs uma mediação argelina para a resolução negociada do conflito irano-iraquiano. Chadli considerou que o Acordo de Argel de 1975 entre os dois beligerantes pode «constituir uma base de partida para acabar com o conflito».

PÁSCOA NA POLÓNIA

VARSÓVIA — O recolher obrigatório em vigor na Polónia, desde a instauração do estado de emergência, em 13 de Dezembro último, vai ser suspenso, por um período de três dias, devido à Páscoa. O recolher obrigatório já foi suspenso por duas vezes, uma pelo Natal e outra pelo Ano Novo.

KADAFI NA GRÉCIA

ATENAS — O Governo grego anunciou oficialmente a próxima visita à Grécia do líder da Jamahiria Árabe Líbia, coronel Muammar Kadafi. Fontes informadas indicaram que esta visita terá lugar em fins de Abril ou princípios de Maio. Será a segunda deslocação de Kadafi a um país da Europa Ocidental nos últimos nove anos, após a que efectuou o mês passado a Áustria.

EL-SALVADOR

SAN SALVADOR — Os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) intensificaram na terça-feira as suas operações no leste do El-Salvador, incendiando nomeadamente 17 veículos militares, operação que foi divulgada por fontes oficiais da capital salvadorenha.

REMODELAÇÃO

LIBREVILLE — O presidente gabonês Omar Bongo remodelou na quarta-feira o governo dirigido por Len Moubiane. Julien Mpouhou Epigat tornou-se ministro da Defesa Nacional e dos Antigos Combatentes, encarregado da Segurança Pública. Por seu lado, o general Barthelemy Mbia, antigo responsável do departamento ministerial da Segurança Pública foi nomeado ministro Sem Pasta junto do Primeiro-Ministro.

OPOSIÇÃO

DAKAR — Onze partidos senegaleses da oposição denunciaram o «quase monopólio» que exerce o «Partido Socialista» no poder sobre os meios oficiais de Informação, e reclamaram a sua «utilização igualitária».

Viagem presidencial à Coreia e à China

O camarada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e Presidente do Conselho da Revolução, deixou Bissau na manhã de quinta-feira passada para uma visita oficial e de amizade à República Democrática e Popular da Coreia e à República Popular da China.

O camarada Comandante de Brigada Nino Vieira desloca-se à Coreia a convite do líder Kim Il Sung e permanecerá uma semana naquele país onde assiste as comemorações do 70.º aniversário do Presidente coreano. A visita do Chefe de Estado guineense à China, a convite do governo deste país durará cinco dias.

Antes da sua partida o camarada Nino Vieira

afirmou que esta sua viagem a Ásia inscreve-se no quadro de laços de amizade de longa da-

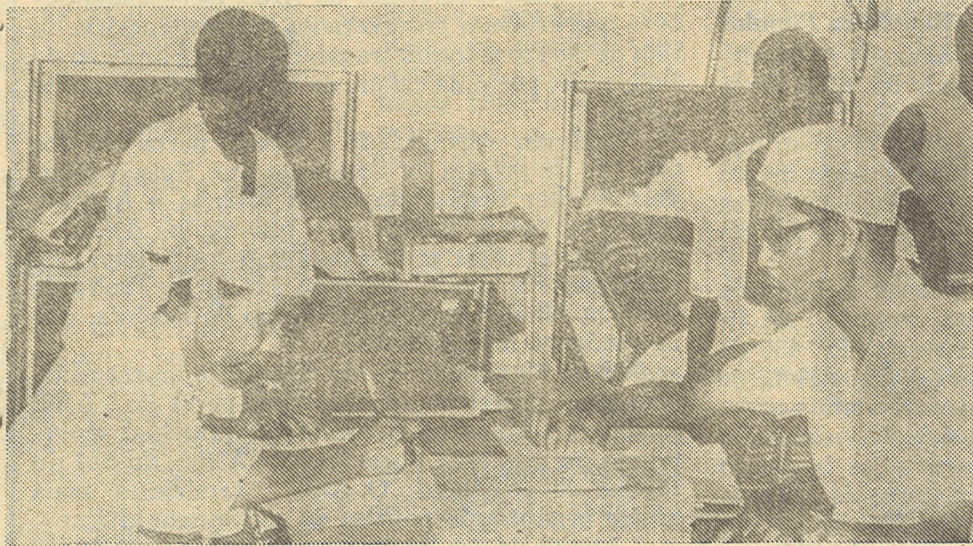
A cooperação entre a Guiné-Bissau e a República Democrática e Popular da Coreia vem-se

país actualmente técnicos coreanos trabalhando no Desenvolvimento Rural e do Desporto. Com

que a cooperação entre os dois povos, Governos irá aumentar, em proveito mútuo.

cos estão em Bolola, trabalhando objectos em Bambu, área em que os chineses são exímios e uma outra equipa encontra-se em Sonaco, no projecto orizícola.

O camarada Nino Vieira viaja acompanhado de uma delegação do Partido e do Governo que integra os camaradas Carmem Pereira, do BP do Partido e ministro da Saúde e Assuntos Sociais, Joseph Turpin, suplente do BP do Partido e ministro do Comércio, Pescas e Artesanato, Braima Bangura, do CC do Partido e Secretário de Estado de Combatentes de Liberdade da Pátria, Avito José da Silva, ministro do Desenvolvimento Rural. Fazem parte ainda da comitiva presidencial várias individualidades do Partido e do Estado.



A cooperação chinesa abrange a assistência médica as nossas populações

ta existentes entre aqueles dois países asiáticos e a Guiné-Bissau.

desenvolvendo nestes últimos tempos. Nesse contexto, temos no n o s s o

esta visita do camarada Presidente do Conselho da Revolução espera-se

As relações entre o nosso país e a República Popular da China, vêm desde o início da Luta Armada de Libertação Nacional. Recorde-se que os nossos primeiros quadros militares foram preparados na China. O próprio camarada Nino Vieira, encontrava-se nesse primeiro grupo de guerrilheiros que foram fazer a preparação militar naquele país amigo. Após a libertação, essa cooperação conheceu novos campos de acção. Podemos apontar o seguinte: uma missão de médicos chineses que se encontra em Cantchungo, dando uma assistência médica ao nosso povo, um grupo de cinco técni-

Guy Penne: Países Menos Avançados são os que mais sofrem

O Conselheiro Técnico do Chefe de Estado francês para Assuntos Africanos, Guy Penne, entregou ao Vice-Presidente do Conselho da Revolução e Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma mensagem do Presidente François Mitterrand, dirigida ao seu homólogo guineense camarada João Bernardo Vieira, que se encontra ausente do país.

Essa mensagem cujo conteúdo não foi revelado, deverá versar, segundo deixou transparecer o enviado especial francês, o reforço de cooperação e de ajuda entre os dois países, tendo em consideração a posição assumida pelo novo Governo daquele país europeu a favor dos países menos avançados (PMA), entre os quais figura a Guiné-Bissau.

«A visita do sr. Guy Penne tem um carácter político, mais do que propriamente de negociações» — subli-

no nosso país. Contudo, o Conselheiro francês aproveitou a ocasião para manter a importante contactos com

co Nacional, tendo sido, por fim, recebido em audiência pelo camarada Víctor Saúde Maria, Vice-Presidente do CR e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Os assuntos abordados durante o seu encontro com Víctor Saúde Maria centraram-se em trocas de pontos de vista sobre o andamento da cooperação bilateral, na sequência da visita por ele efectuada anteriormente a França e, acordo com as declarações do Conselheiro de

tões inerentes a OUA e as ameaças que pairam sobre os esforços de coesão desta organização pan-africana, assim como questões relacionadas com os movimentos de libertação no Sahara e na África Austral.

A nível do plano económico, Guy Penne analisou com o ministro Vasco Cabral, o estado de cooperação entre os dois países amigos, um clima fraterno e de compreensão de ambas as partes. Ainda conforme declarações ontem prestadas ao «NP» pelo delegado do Governo francês, o camarada Vasco Cabral fez uma exposição global da cooperação bilateral e, em particular, dos objectivos do Plano Quadrienal de Desenvolvimento e de meios postos à sua execução. Durante as trocas de impressões com os responsáveis da Coordenação Económica e Plano, Guy Penne afirma ter «verificado um grande fosso nas dificuldades económicas a nível internacional, de onde países subdesenvolvidos, entre os quais a Guiné-Bissau, são os que mais sofrem».

O visitante francês declara também ter-lhe sido dadas infor-

mações sobre as fracas possibilidades no domínio da exportação que mal consegue cobrir as grandes necessidades de investimento no país.

É na mesma base de análise que Guy Penne declara ter constatado, por intermédio do Ministro-Governador do Banco Nacional da Guiné-Bissau, camarada Victor Freire Monteiro, as dificuldades do nosso país em conseguir divisas para cobrir as exigências das importações de produtos da primeira necessidade. De igual modo, a situação da empresa mista de pesca Guineo-francesa, actualmente paralisada, foi objecto de análise entre o delegado do Presidente francês e o Ministro - Governador do BNG, acompanhado do Secretário-Geral do Ministério do Comércio, Pescas e Artesanato, Pedro Godinho Gomes.

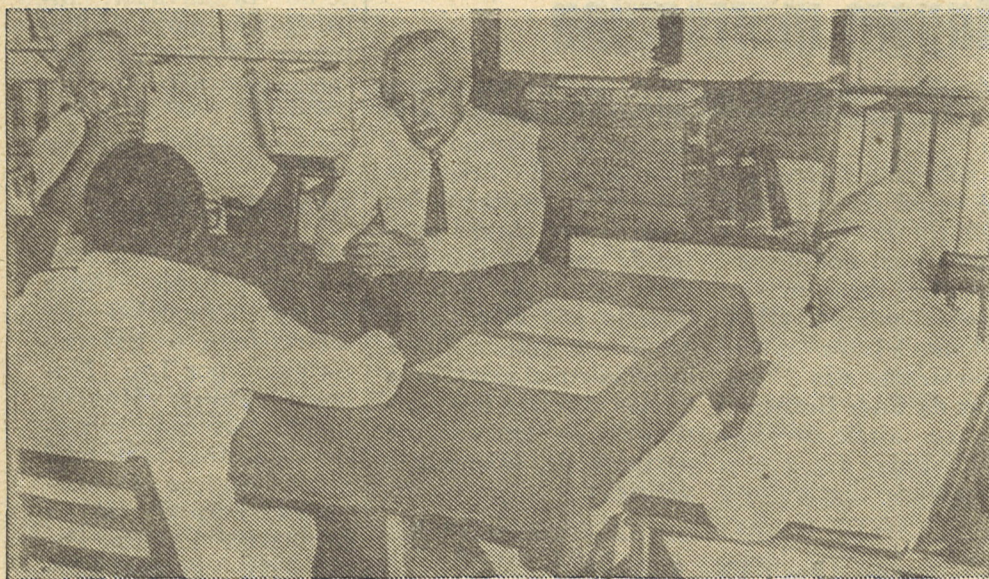
Com efeito, o Conselheiro de Estado, Guy Penne, expressou o desejo das duas partes em restabelecer o funcionamento da empresa, pelo que adiantou, que está previsto a chegada a Bissau de uma comissão especial para o efeito, no próximo mês.

Guinémar recupera barcos

As duas vedetas da Guinémar já se encontram em condições de retomarem os seus trabalhos segundo uma nota daquela empresa de transportes marítimos. Estas vedetas destinam-se a garantir as carreiras diárias entre Cacheu e S. Domingos.

A mesma nota acrescenta ainda de que a Guinémar recuperará brevemente mais seis vedetas o que irá contribuir para diminuir as dificuldades de transportes que afectam o país.

Este esforço que está a ser empreendido pela Guinémar, com vista a recuperação de alguns barcos em estado de deterioração, deve-se também, a ajuda da SIDA, organismo sueco para a cooperação internacional.



O enviado especial francês, sr. Guy Penne, sublinhou a vontade do reforço da cooperação e ajuda entre os dois países, na conversações mantidas

nharia ao Jornal «Nô Pintcha», o encarregado dos Negócios da Embaixada francesa

os principais responsáveis de Ministério da Cooperação Económica e Plano e do Ban-

Estado francês, sobre os problemas de interesse africano. Situam-se, neste caso, ques-

FICHA TÉCNICA - JORNAL «NÔ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 - BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

REDACÇÃO: Arlette Adilla, António Tavares, Auzenda Nozolini, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. MAQUETAGEM: Cândido Camará, FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.